

**Ministério de Minas e Energia**  
**Assessoria de Comunicação Social - ASCOM**

**Sumário**

|                                                                                     |           |
|-------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>VEÍCULO: O Estado de S. Paulo .....</b>                                          | <b>2</b>  |
| Título: 'A trajetória da Petrobrás é de uma empresa saudável' .....                 | 2         |
| Título: Estatal poderá se desfazer de participação maior na BR.....                 | 4         |
| Título: Código da mineração vai elevar custo de empresas.....                       | 6         |
| <b>VEÍCULO: Folha de S. Paulo .....</b>                                             | <b>8</b>  |
| Título: Ampliação de sanções dos EUA à Rússia ameaça setor energético na UE .....   | 8         |
| Título: Setor de aço vê economia fraca e espera queda em vendas em 2017 .....       | 10        |
| Título: TRF derruba liminar que suspendeu aumento de tributo nos combustíveis ..... | 11        |
| <b>VEÍCULO: Correio Braziliense.....</b>                                            | <b>12</b> |
| Título: Brasília-DF .....                                                           | 12        |
| Título: Liberada cobrança de PIS-Cofins na gasolina.....                            | 12        |
| Título: Decepção e revolta nos postos .....                                         | 14        |
| <b>VEÍCULO: Valor Econômico.....</b>                                                | <b>15</b> |
| Título: Governo avalia novas medidas de ajuste para cumprir metas.....              | 15        |
| Título: TRF derruba liminar contra alta de alíquota no PIS/Cofins .....             | 18        |
| Título: Petrobras adere a regularização tributária.....                             | 19        |
| Título: Distribuidoras de gás devem ser privatizadas em 2018 .....                  | 20        |
| Título: Europa vai definindo fim dos carros a gasolina e diesel .....               | 21        |
| Título: Curtas .....                                                                | 23        |
| Título: Estrangeiras devem avançar sobre espaço das estatais elétricas .....        | 23        |
| Título: Governo vai retomar linhas da Abengoa .....                                 | 26        |
| Título: Eletrobrás perdeu R\$ 186 bi em 15 anos, diz 3G Radar .....                 | 28        |
| Título: Vendas internas de aço vão recuar ao patamar de 2005 .....                  | 30        |
| Título: Preço do minério de ferro sobe mais de 8% no mês .....                      | 32        |
| Título: Petrobras pretende levantar R\$ 5 bi com emissão de debênture.....          | 33        |

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo****Seção: Economia****Autor: Fernanda Nunes, Mônica Ciarelli e Ricardo Grinbaum****Título: 'A trajetória da Petrobrás é de uma empresa saudável'**

Entrevista

### **Pedro Parente, presidente da Petrobrás**

Presidente da estatal diz que, em um ano e meio, com a redução da dívida, petroleira alcançará o nível das concorrentes

Há quase um ano no comando da Petrobrás, Pedro Parente não minimiza os problemas, mas garante que a estatal está no caminho certo para ser considerada uma petroleira saudável até o fim do ano que vem. Enquanto isso, o mantra da sua gestão será tornar a dívida mais leve para a companhia, equivalente a 2,5 vezes a geração de caixa – um nível de alavancagem que a aproxima de suas concorrentes, mas ainda deixa a empresa longe de reconquistar o selo de boa pagadora das agências de classificação de risco. Essa meta só deve ser alcançada em cinco anos. Questionado, o executivo deu a entender que permaneceria no cargo mesmo com uma eventual saída do presidente Michel Temer, desde que a Petrobrás se mantenha blindada de indicações políticas.

Qual o atual retrato da Petrobrás do ponto de vista financeiro?

O retrato é de um plano estratégico em plena execução. Não perdemos tempo discutindo o que está acontecendo fora da empresa. Temos um plano e temos de implementá-lo.

Esse é um "Plano Parente" ou ele existe independentemente da sua permanência no cargo?

Esse plano foi feito com a participação de todos os gerentes executivos. A avaliação de que é um "Plano Parente" não é boa. Discordo dela. Agora, é um plano com visões temporais diferentes. Eu tenho um problema relevantíssimo, que é a dívida. Quando cheguei, falavam: ou a empresa é capitalizada (pela União), ou quebra. No entanto, porque temos um plano, estamos resolvendo o problema com nossos esforços e estamos indo bem.

A Petrobrás já paga juros condizentes com o seu perfil?

Não. Ainda paga mais caro, porém, hoje (terça-feira) de manhã cedo pagamos no papel de cinco anos juros inferiores ao da última colocação, portanto, abaixo do preço quando ainda éramos grau de investimento. Na última colocação, no dia

em que o mundo caiu aqui no Brasil (após a divulgação das gravações de Joesley Batista, dia 17 e maio), a gente fez colocação de papéis de 5, 10 e 30 anos. Os três pagaram preço abaixo do último lançamento feito em 2014 quando tínhamos grau de investimento. Obviamente, após a delação desses senhores (irmãos Batista), esses papéis ficaram mais caros. Pela primeira vez, esta semana o papel de cinco anos já está "treidando" (sendo negociado) abaixo dos 4,875%. Hoje, eles estão a 4,83%.

Quando a Petrobrás volta a ter o selo de grau de investimento?

Com esse nível de endividamento que ainda temos... Me preocupa passar a visão de que tudo está resolvido. Não está. Estamos na direção correta, mas não chegamos ainda nos 2,5 (vezes) de alavancagem, que, por sinal, não é o nosso objetivo final. A dívida ainda é muito grande e temos de pagar uma conta de juros muito alta pelo tamanho dessa dívida.

Quando será possível dizer que a crise passou, que a Petrobrás é uma empresa saudável?

A trajetória é de uma empresa saudável. Se chegarmos no fim do ano que vem com a alavancagem de 2,5 vezes, numa trajetória decrescente, podemos dizer que a empresa, realmente, está num nível próximo das outras grandes petroleiras. Eu, pessoalmente, acho que um endividamento saudável é algo mais próximo de 1,5. Podemos vislumbrar claramente que a empresa estará num nível próximo do que tem de ser antes do prazo de cinco anos do plano.

Mas é possível alcançar o grau de investimento em cinco anos?

Acho possível. Mas não se esqueçam de que há uma enorme dependência do rating da Petrobrás ao rating soberano.

O atual cenário brasileiro prejudica a formação de parcerias?

Não vamos ser ingênuos. O cenário traz sua influência, mas não é impeditivo para que a gente continue cumprindo o nosso programa. A gente continua notando alto interesse, especialmente neste ano, por leilões de áreas de pré-sal.

A Petrobrás tem disponibilidade de caixa para os leilões?

Pensando em pré-sal, o que a gente tem de desembolsar, caso ganhe, é relativamente modesto em relação ao nosso programa de investimento, o que nos obrigaria a fazer uma "repriorização", tão somente. Não nos obrigaria a cancelar nada. O grande investimento é na fase de exploração e produção, que começa dois, três anos depois. Estamos absolutamente serenos para esses leilões

de pré-sal. Na rodada de concessões (14ª rodada), naquilo que a gente achar importante para o nosso portfólio, a gente vai.

Como a crise envolvendo Michel Temer afetou a Petrobrás?

O setor poderia ter tido uma repercussão maior dessa questão política nacional se o ministro Fernando Coelho (de Minas e Energia) tivesse saído. É claro que tem toda discussão, a conjuntura do partido dele, que está no meio de uma aparente disputa entre outros partidos. Estou falando do PSB. Mas ele continua tocando a agenda da reforma do setor. A permanência dessa liderança reduziu muito o impacto da questão nacional na atuação da Petrobrás. O partido, em um determinado momento, forçou ele a fazer uma opção. E ele fez a opção de continuar com a agenda.

O sr. permaneceria no cargo em um outro governo, eventualmente, um governo de Rodrigo Maia?

Essa é uma pergunta com tanto "ses"... O que posso dizer é que hoje existem as condições necessárias para fazer o trabalho que precisa ser feito na Petrobrás. Enquanto essas condições existirem, penso em ficar.

Quais são essas condições?

Estou falando de possíveis indicações políticas. A empresa estava tremendamente traumatizada com toda essa discussão de indicação política. Mas, sem falar nomes, para mim, o fundamental é que existam as condições para se fazer um bom trabalho.

O sr. se considera um garoto propaganda de Temer?

De jeito nenhum. Até porque o presidente nunca me fez esse pedido. Me vejo interessado em recuperar a Petrobrás. Não sou filiado partidariamente, nunca fui. Não sou candidato a cargo político. Sou um técnico.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Seção:** Economia

**Autor:**

**Título:** Estatal poderá se desfazer de participação maior na BR

Conselho aprovou a possibilidade de vendas futuras de ações após abertura de capital da distribuidora.

Após abertura de capital da BR Distribuidora, prevista para acontecer nos próximos meses, a Petrobrás poderá voltar ao mercado para, mais uma vez, se

desfazer de uma fatia da sua participação na subsidiária de combustíveis. Segundo o presidente da estatal, Pedro Parente, ao estruturar a oferta de ações da BR, o conselho de administração da Petrobrás optou por deixar espaço para vendas futuras, o que não significa, porém, que a companhia esteja disposta a abrir mão do controle da companhia.

"Essa foi uma discussão que levou em conta as posições dos diversos conselheiros e membros da diretoria e, naquele momento, foi entendido que, até para poder extrair no futuro valor naquilo que o pessoal chama de follow on (abertura de capital), tem que deixar espaço para vendas futuras. Não estou dizendo com isso que se admite vender o controle. Estou dizendo que não seria, talvez uma decisão que agregasse mais valor, já partir para uma venda dos próprios 50%", disse Parente em entrevista exclusiva ao Estadão/ Broadcast.

A venda de ações da BR foi tema de amplo debate e divergências no conselho da Petrobrás em 2015, mas acabou sendo descartada por pressão do então presidente da Vale, Murilo Ferreira, que, na época, também presidia o conselho de administração da petroleira. O argumento do executivo era que as práticas de governança exigidas de uma empresa de capital aberto ainda não tinham sido implementadas na BR. Parente garante, porém, que "ela estará 100% preparada no dia do IPO".

"Quando há uma decisão como essa, tem que ser adotada uma série de medidas, inclusive de governança, para que ela (a BR) esteja preparada", acrescentou. O presidente da Petrobrás admite que é do negócio de combustíveis que a estatal retira seu maior lucro, mais do que da produção do petróleo. Com foco nas unidades produtoras de derivados, as refinarias, a Petrobrás trabalha agora para definir um modelo de formação de parcerias com outros investidores, que deve ser concluído até o fim do ano.

De certo, por enquanto, apenas a assinatura de um memorando de entendimento que pode levar a uma sociedade com a chinesa CNPC no Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj). "Olhando só para um lado, é claro que a CNPC vai querer só o que agrega o maior valor possível para ela. Mas tem o nosso lado também", disse Parente, referindo-se a uma possível preferência do futuro parceiro por uma sociedade numa refinaria em São Paulo, principal centro consumidor.

"Mas só a vontade deles não vai permitir fechar uma parceria", enfatizou. O presidente da Petrobrás afirmou ainda que a nova política de preços dos combustíveis, que completa um mês no próximo dia 30, está "bastante adequada para a Petrobrás". Não há no radar mudanças no atual modelo de oscilação diária de preços. Nesse mês, as variações foram quase diárias, o que, no fim, resultou

numa queda de 1,2% para a gasolina e, em sentido oposto, numa alta de 1,2% para o óleo diesel.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Seção:** Economia

**Autor:** Alexa Salomão e Fernanda Guimarães

**Título:** Código da mineração vai elevar custo de empresas

Apesar de taxas de exploração terem sido reajustadas, especialistas afirmam que regras mais claras vão ajudar a "desburocratizar" o setor

As primeiras avaliações sobre a reforma do Código da Mineração, proposta pelo governo, são antagônicas. Se um por lado, o texto fixa uma série de regras, há tempos esperadas, que podem dar mais previsibilidade para as empresas do setor que estavam numa espécie de limbo regulatório; por outro, altera a base de cálculo e as alíquotas da cobrança de royalties – a parcela do resultado que deve ser repassada ao Estado pelo direito de exploração das minas. Segundo os especialistas, as empresas já estimam que terão de rever receitas e lucros – para baixo – por causa do aumento de tributos.

"A proposta tem um forte componente arrecadatório e podemos dizer que ninguém, apenas o governo, gostou das mudanças que foram feitas no que se refere à cobrança de royalties", diz Pedro Henrique Jardim, sócio da área de infraestrutura do escritório de advocacia Machado Meyer. Segundo Jardim, o aumento de impostos já era esperado, porque foi ventilado por representantes do governo em declarações públicas, no entanto, ficou muito acima do esperado.

Estão previstas elevações de alíquotas para a extração de metais e de pedras preciosas, como ouro (1% para 2%) e diamante (2% para 3%), bem como para as chamadas "terras raras", minerais essenciais para componentes de alta tecnologia, como o nióbio (2% para 3%), usado em ligas especiais dos motores de foguetes e de aparelhos de ressonância magnética.

A alteração que mais incomodou foi a mudança na forma de cobrança do minério de ferro, base para a produção de aço. Deixaria de ser 2% sobre o faturamento líquido e passaria a ser cobrada de maneira escalonada até um teto de 4%, considerando a flutuação do preço no mercado internacional. Até US\$ 60 por tonelada, a alíquota continuará em 2%; entre US\$ 60 e US\$ 70, passará a 2,5%; de US\$ 70 a US\$ 80 irá a 3%; na faixa de US\$ 80 a US\$ 100 ficará em 3,5%. Já acima dos US\$ 100 por tonelada, o imposto será de 4%.

Algumas alíquotas foram mantidas, como a da bauxita (3%), componente do alumínio. Foram reduzidas as alíquotas de minerais da construção civil (2% para

1,5%), como areia, cimento, argila, que também entram na composição de porcelanatos, como louças, pisos e azulejos. No entanto, como a proposta altera não apenas as alíquotas, mas muda também a base cálculo, a perspectiva é que haja aumento generalizado da carga tributária.

Segundo Jardim, como o novo marco propõe uma série de mudanças na estrutura tributária, não é possível estimar, num primeiro momento, o impacto geral para o setor. "O impacto vai variar muito, de acordo com a estrutura de transporte e de produção de cada empresa", diz o advogado. Em relatório enviado ao mercado, o BTG Pactual estimou que, para a Vale, a maior mineradora de ferro de mundo, os impactos econômicos tendem a ser limitados.

**Arcabouço.** No aspecto geral, segundo Pedro Garcia, coordenador Regional da Área de Mineração do Veirano Advogados, é bem vinda a estruturação de um arcabouço institucional. Uma avanço é a previsão de transformar o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) em Agência Nacional da Mineração (ANM). "Em tese uma agência tem mais autonomia e menos influência política", diz ele.

Outro ponto positivo é regulamentar a prorrogação do prazo de pesquisa da mina, antes não prevista. A fase de pesquisa é a mais delicada. Feita num prazo inadequado pode levar a erro na identificação do verdadeiro potencial da lavra. Pela proposta, ficaria estabelecido o prazo de três a quatro anos de pesquisa, com um ano adicional, caso a empresa comprove que problemas ambientais.

**Modernização.** A expectativa é que o novo código desburocratize o setor, superando a fase de incerteza criada em 2013, com a proposta da presidente Dilma Rousseff. "Naquele momento, o governo buscava um marco mais intervencionista, determinando que novas áreas descobertas precisariam de licitações, o que não faz sentido em nenhum lugar do mundo", diz Garcia.

O sócio da área de mineração do escritório TozziniFreire, Luiz Fernando Visconti, recorda que a insegurança gerada em 2013 afetou não só as mineradoras instaladas no País, mas também as que pleiteavam entrar no mercado local, o tende a ser resolvido quando a nova lei passar a valer. Mas Visconti lembra que as MPs que constituem o novo código ainda precisam passar por todo o trâmite do Congresso e vários pontos podem ser alterados.

**VEÍCULO: Folha de S. Paulo****Seção: Mundo****Autor: Igor Gielow****Título: Ampliação de sanções dos EUA à Rússia ameaça setor energético na UE**

A aprovação de um projeto pela Câmara dos EUA ampliando sanções contra a Rússia provocou um grande abalo político não só internamente e na relação com Moscou, mas também na Europa.

O motivo é o bolso. Como está, o texto aprovado, que ainda precisa voltar ao Senado e depois ser encaminhado ao presidente Donald Trump para sanção, abre caminho para a punição de gigantes energéticos europeus que têm projetos com os russos.

"Se nossas preocupações não forem levadas em conta, vamos reagir", disse o presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, após reunião do órgão executivo da UE (União Europeia) sobre o tema nesta quarta (26).

Até aqui, as sanções era restritas a setores e pessoas próximas do Kremlin, e foram implementadas em 2014 após a anexação da região de maioria russa da Crimeia após um golpe derrubar o governo pró-Moscou na Ucrânia.

Essas sanções, ao contrário de agora, foram definidas entre americanos e europeus. A França disse que o novo texto "parece ilegal".

No fim de 2016, houve retaliações dos EUA devido à acusação oficial de interferência russa na eleição americana, motivo que levou ao novo texto aprovado na terça (25), bem mais duro e que pune quem fizer negócios de energia com os russos.

Com isso, projetos como os gasodutos Nord Stream 1 e 2, que ligam a Rússia à Alemanha pelo mar, ficariam ameaçados em caso de novos investimentos — empresas alemãs, francesas e austríacas são sócias da gigante russa Gazprom.

Ambos os negócios somam quase 25 bilhões de euros (R\$ 92 bilhões). Um oleoduto que liga campos cazaques a um terminal no Mar Negro, uma fábrica de gás liquefeito de petróleo e o gasoduto Blue Stream também são alvos prováveis.

A Rússia reagiu mal, não menos porque o setor de energia responde por 47% de suas exportações, 55% do total delas destinadas à UE, e 40% do orçamento depende de tributos da venda de petróleo.

"É desapontador", afirmou o porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov. O governo só vai decidir se haverá retaliação quando o projeto virar lei.

Na prática, tanto os russos quanto os europeus têm espaço reduzido de manobra. Tanto Rússia quanto UE podem ir à Organização Mundial do Comércio, onde disputas tendem a arrastar-se.

No caso europeu, mais grave pela proximidade econômica com os EUA, sanções retaliatórias necessitariam de votos de todos os 28 membros do bloco, isso está fora de cogitação: a Alemanha quer o Nord Stream para garantir seu suprimento de gás que hoje passa pela conflagrada Ucrânia, mas a Polônia e os Estados Bálticos não querem facilitar a vida dos russos.

Esse programa sintetiza a complexidade do imbróglio. A fase 2 permitirá, quando pronta, à Rússia exportar até 110 bilhões de m<sup>3</sup> de gás natural ao ano, entrando pela Alemanha, que compra 40% do produto que usa de Moscou — que é o maior fornecedor do mercado europeu, com 34% dele em 2016.

Com isso, perderá força o corredor pela Ucrânia, que hoje pode transportar 150 bilhões de m<sup>3</sup> anuais. E o Kremlin poderá pressionar os adversários com cortes de gás hoje inviáveis, além de operar com sócios com os quais não está em pé de guerra.

Além do gás, os russos dominam o fornecimento de petróleo e carvão para a UE.

Tudo isso ocorre com Trump sob fogo, já que o projeto foi aprovado no momento em que suas ligações com o Kremlin são investigadas.

O Congresso demonstrou que vai mantê-lo sob rédea curta no assunto, até porque foi incluída cláusula limitando o poder presidencial de rever sanções. Como a Câmara incluiu também a Coreia do Norte, além do Irã e da Rússia, no projeto, o tema deverá ser debatido no Senado.

Assim, a batata quente poderá chegar à mesa de Trump apenas após o recesso de agosto. Além do tempo, o lobby da poderosa indústria energética americana contará, já que se um parceiro europeu for punido, pode haver repercussões em negócios conjuntos. O estrago nas relações transatlânticas, contudo, já está feito.

**VEÍCULO: Folha de S. Paulo****Seção: Mercado****Autor:****Título: Setor de aço vê economia fraca e espera queda em vendas em 2017**

As vendas internas de aço no Brasil devem cair 1,3% em 2017, para 16,3 milhões de toneladas, informou nesta quarta-feira (26) o Instituto Aço Brasil (IABr), ao rever previsão divulgada em abril que previa crescimento de 1,3% nas vendas do setor.

A entidade manteve a estimativa para a produção de aço no país neste ano em 32,47 milhões de toneladas, alta de 3,8% ante 2016, em razão da expectativa melhor para as exportações, que devem subir 9,1%, para cerca de 14,7 milhões de toneladas.

No primeiro semestre, a produção brasileira de aço bruto somou 16,7 milhões de toneladas, uma alta de 12,4% ante o mesmo período do ano passado, enquanto as vendas internas recuaram 2%, para 8,05 milhões de toneladas. Em junho, a produção subiu 4% sobre um ano antes.

O segmento de aços longos foi o único a apresentar queda na produção no mês passado, refletindo a fraqueza da indústria de construção civil do país e escassez de projetos de infraestrutura.

A produção de aços longos em junho foi 11,3% menor que a registrada um ano antes, a 714 mil toneladas, e ficou estável ante maio. Já as vendas de laminados da categoria caíram 9,5% na mesma comparação, para 578 mil toneladas, encerrando o semestre em baixa de 10%, a 3,185 milhões de toneladas.

As exportações, que tiveram alta anual de 9,2% entre janeiro e junho, foram responsáveis por compensar a lentidão do mercado interno e puxadas pela base de comparação mais fraca com 2016, quando a Companhia Siderúrgica do Pecém (CE) ainda não estava em plena operação.

"Na nossa visão, a economia brasileira não se recuperou e não vai se recuperar em 2017. A perspectiva do mercado interno é muito difícil, a saída são as exportações", disse o presidente do IABr, Marco Polo de Mello Lopes.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo**Seção:** Mercado**Autor:** Talita Fernandes**Título:** TRF derruba liminar que suspendeu aumento de tributo nos combustíveis

O presidente do TRF-1 (Tribunal Regional Federal), desembargador Hilton Queiroz, derrubou nesta quarta-feira (26) uma liminar que suspendia o aumento de tributos sobre combustíveis.

Na terça, uma decisão do juiz substituto Renato Borelli, da 20ª Vara Federal do DF, havia revogado o anúncio feito pelo governo na semana passada.

O desembargador acatou recurso apresentado pela AGU (Advocacia-Geral da União) na noite de terça.

Na peça, a AGU rebateu os argumentos apresentados por Borelli, que falou em "ilegalidades" devido ao não cumprimento da "noventena", prazo de 90 dias entre a edição da norma e sua entrada em vigor. O magistrado afirmou ainda que a elevação das contribuições deveria ter sido feita por lei, e não por decreto.

Ao pedir que a liminar fosse suspensa, a AGU utilizou argumentos econômicos. Para o órgão, a tributação dos combustíveis é "imprescindível" para viabilizar a arrecadação de R\$ 10,4 bilhões entre julho e dezembro deste ano. Pelos cálculos do governo, a concessão da liminar representaria prejuízo diário de R\$ 78 milhões.

O argumento foi levado em conta pelo desembargador. Na decisão, Queiroz escreveu que "no momento ora vivido pelo Brasil, de exacerbado desequilíbrio orçamentário, quando o governo trabalha com um bilionário deficit, decisões judiciais como a que ora se analisa, só servem para agravar as dificuldades da manutenção dos serviços públicos e do funcionamento do aparelho estatal", diz a decisão. O magistrado diz ainda que a liminar concedida na terça "abre brecha para um completo descontrole do país e até mesmo seu total desgoverno".

A decisão de Borelli era provisória (liminar), e suspendia os efeitos do decreto que determinou o aumento de PIS/Cofins sobre gasolina e etanol. O despacho do magistrado não chegou a ter efeitos práticos sobre o preço dos combustíveis, já que a União ainda não foi notificada sobre o caso. Para que os preços fossem alterados, era necessário um comunicado à AGU e, posteriormente, ao Ministério da Fazenda.

"Não há dúvidas na jurisprudência nacional de que impedir o recolhimento de cifra milionária em favor de ente federado causa grave lesão à economia", escreveu a AGU na peça.

O documento da AGU diz ainda que a suspensão da tributação poderia resultar em contingenciamento em outras áreas.

"A consequência imediata da não suspensão dessa decisão é a necessidade de se aprofundar o contingenciamento do orçamento da União em montante semelhante, com gravíssimas consequências para a prestação dos serviços públicos".

**VEÍCULO:** Correio Braziliense

**Seção:** Política

**Autor:**

**Título:** Brasília-DF

#### **Juros, gasolina e...**

Ok, o Copom cortou a taxa Selic em um ponto percentual. Porém, dizem os políticos, resta saber se os bancos serão tão rápidos para reduzirem seus juros quanto os donos de postos foram em aumentar o preço do combustível na bomba.

**VEÍCULO:** Correio Braziliense

**Seção:** Economia

**Autor:** Marlla Sabino

**Título:** Liberada cobrança de PIS-Cofins na gasolina

Os consumidores vão continuar sentindo no bolso o aumento do preço da gasolina. O presidente do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, desembargador Hilton Queiroz, derrubou a liminar que anulava o decreto de aumento das alíquotas do PIS- Cofins sobre os combustíveis, assinado pelo presidente Michel Temer na semana passada. A liminar havia sido concedida pelo juiz substituto Renato Borelli, da 20ª Vara Federal de Brasília, sob o argumento de que o decreto desrespeitou a determinação constitucional de que aumentos de tributo só podem entrar em vigor 90 dias depois de publicado o ato que formaliza a mudança. O desembargador, porém, acolheu recurso apresentado pela Advocacia-Geral da União (AGU), na noite de terça-feira, alegando que a suspensão da cobrança traria efeito negativo sobre as finanças públicas.

"Com efeito, é intuitivo que, no momento ora vivido pelo Brasil, de exacerbado

desequilíbrio orçamentário, quando o governo trabalha com o bilionário deficit, decisões judiciais, como a que ora se analisa, só servem para agravar as dificuldades da manutenção dos serviços públicos e do funcionamento do aparelho estatal, abrindo brecha para um completo descontrole do país e até mesmo seu total desgoverno”, escreveu o desembargador, na decisão em favor da União.

Na visão de Max Kolbe, advogado e professor de direito constitucional, o desembargador tomou “uma decisão pelo lado político e não jurídico”. “Está se jogando para a sociedade, à margem da norma constitucional, a conta do problema econômico do país”, avaliou. “O próprio Judiciário desrespeita o que está na lei para facilitar políticas públicas”.

No despacho, o desembargador ressaltou que a decisão não apreciava “a pertinência jurídica dos fundamentos adotados pela decisão acatada, quanto à existência, no caso, de afronta aos princípios da legalidade tributária e da anterioridade nonagesimal”. “Tenho que, no caso, presentes se fazem, à luz das alegações e dos argumentos trazidos, os pressupostos do acolhimento do pedido, eis que evidenciados, com exatidão, os requisitos de grave lesão à ordem pública jurídica, administrativa e econômica”, assinalou.

O advogado tributarista Erich Endrillo, membro da Comissão de Assuntos Tributários da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/DF), esperava que fossem analisadas as questões jurídicas do decreto. “O desembargador não expressou se houve ou não ataque à Constituição e deixou para analisar essa questão em outro momento. Ele acolheu o argumento da necessidade dos recursos e do prejuízo que a queda na arrecadação poderia causar na ordem econômica”, explicou.

Para o tributarista Rodolfo Rodrigues, da Roncato Advogados, o cenário econômico não pode se sobrepôr à Constituição. A decisão do TRF “permite que o governo faça o que bem entender com as regras”, disse. De acordo com o especialista, o mérito das questões apontadas pelo juiz Renato Borelli ainda será analisado. “Até que o Supremo Tribunal Federal (STF) julgue em definitivo, os recolhimentos atendem à meta do governo. A intenção é ter o benefício econômico, mesmo que de forma arbitrária”, argumentou.

Ao defender a necessidade do aumento de impostos, a AGU alegou que a suspensão representava um prejuízo diário de R\$ 78 milhões aos cofres públicos, o que ameaçaria o financiamento de funções de serviços e programas do governo, “entre os quais gastos do Ministério da Saúde, de Segurança Pública, execução do Bolsa Família”. De acordo com a AGU, o contingenciamento do Orçamento deste ano, já bloqueado em R\$ 39 bilhões, se aprofundaria caso o governo não optasse pela majoração tributária. A meta do

governo é arrecadar R\$ 10,4 bilhões, até o fim do ano, com a elevação do PIS-Cofins sobre os combustíveis, na tentativa de cumprir a meta fiscal, que prevê déficit de até R\$ 139 bilhões em 2017.

### **Mal necessário**

*O economista e professor da Fundação Getulio Vargas (FGV) Mauro Santos Silva explicou que o governo tem uma constante dificuldade em cumprir a meta fiscal. Diante dos obstáculos para retomar o crescimento econômico, não é possível fazer grandes cortes nas despesas e há pouca margem de manobra para aumentar a arrecadação. “A tributação é uma medida tecnicamente válida e necessária”, defendeu. Na visão dele, ainda será necessário reajustar alíquotas de tributos que incidem sobre outros produtos e serviços. “O governo não tem outra solução a curto prazo para acomodar a economia”, argumentou.*

**VEÍCULO:** Correio Braziliense

**Seção:** Economia

**Autor:** Anna Russi

**Título:** Decepção e revolta nos postos

Os consumidores que alimentavam a esperança de que os preços dos combustíveis cairiam com a liminar que suspendia o aumento de PIS-Cofins estavam revoltados ontem com a manutenção da alíquota. A estudante Clarice Del Pilar, 23 anos, considera um absurdo a elevação do imposto e disse que, desde que os postos mudaram os preços, abastece com etanol para tentar economizar. “Foi uma manobra ridícula do governo para arrecadar mais. Não deu espaço para uma adaptação do consumidor. Tinha que ser feito da forma correta”, opinou.

O funcionário público José Jacinto, 49, avalia que, com a alta do preço da gasolina, vários produtos e serviços subirão de preço. “A conta ficou um pouco salgada. É algo que afeta toda uma cadeia, eleva o custo de vida e muda a rotina da população. A classe trabalhadora acaba sendo a mais afetada e fica no prejuízo”, disse.

Para o estudante Gabriel Yuri Ottoni, 19, foi uma injustiça com o cidadão brasileiro. Ele contou que havia conversado com os familiares e a decisão foi por manear no carro daqui para a frente. “Eu acho muito ruim, porque subiu muito rápido e já pesou no bolso de todo mundo”, disse.

Aginaldo Mendonça, 52, considerou o aumento um absurdo e um descaso com o consumidor. Contou que estava feliz, pois havia voltado de Goiânia ontem e o preço na estrada, depois da liminar, havia baixado, mas com a decisão de cassar

a suspensão do aumento, tudo voltará a subir. Agnaldo trabalha com o carro e gasta, pelo menos, R\$ 650 por mês. “Não posso deixar de abastecer e o acréscimo foi abusivo”, disse.

Assim que o decreto determinou a alta do PIS-Cofins, o valor do litro nos postos do Distrito Federal chegou a subir R\$ 1, e os postos tiveram uma redução de até 30% no movimento, segundo frentistas. O gerente do Shell no Setor de Indústrias Gráficas (SIG), Márcio Rocha, 36, contou que, apesar de o litro da gasolina no estabelecimento estar entre os mais baratos, R\$ 3,69, o movimento estava baixo. Segundo ele, muitos clientes tinham esperança de que os preços caíam com a liminar. “Muitos falaram que ficará difícil manter o uso do carro. Acho que eles aguardavam uma decisão que favorecesse o consumidor”, frisou.

Verlaine Gonçalves, 47 anos, é motorista e explicou que, agora, não completa o tanque de jeito nenhum. Só coloca o suficiente para as corridas. Ele caracterizou o decreto como uma atitude “esperta” do governo, já que afetará indiretamente o preço de outros produtos e serviços, como transporte público e alimentação. “É uma falta de respeito com o cidadão. Eu dependo da gasolina para trabalhar e, de uma hora para outra, ela subiu quase R\$ 1. Absurdo.”

Além da queda da liminar, que manteve os valores elevados, os motoristas correm o risco de uma nova alta, pois os preços dos combustíveis nas refinarias aumentou ontem. Por determinação da Petrobras, houve alta de 1,9% no diesel e de 1,4% na gasolina. Desde sexta-feira, quando a alíquota de PIS-Cofins foi majorada, essa é a terceira elevação anunciada pela estatal.

\* Estagiária sob supervisão de Rozane Oliveira

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Seção: Brasil**

**Autor: Fabio Graner, Andréa Jubé e Edna Simão**

**Título: Governo avalia novas medidas de ajuste para cumprir metas**

A área econômica do governo intensificou a busca de alternativas para tentar garantir o cumprimento das metas fiscais deste e do próximo ano. Os riscos de novas frustrações de receitas e o nível alto de corte das despesas públicas estão gerando apreensão em relação aos objetivos fiscais. O caminho de uma revisão das metas para patamares mais confortáveis está no radar, mas é visto como uma opção a ser acionada em caso de impossibilidade, seja de natureza técnica ou política, de outras ações em estudo, como ataques à despesa, principalmente no gasto com funcionalismo, e alta de tributos.

Os técnicos do governo têm nas últimas semanas monitorado e avaliado com maior grau de atenção os riscos de realização das receitas, que têm sido o grande problema das contas públicas. Como antecipou ontem o **Valor PRO**, serviço de informações em tempo real do **Valor**, já circulam propostas como a suspensão ou adiamento dos reajustes anunciados a várias categorias de servidores e até uma possível elevação da contribuição previdenciária dos funcionários da administração federal, de 11% para 14%, como o governo já exige dos Estados. Essas medidas, se adotadas, teriam impacto em 2018.

Para 2017, o governo tem mapeado mais possibilidades de elevação de tributos. Alternativas de medidas tributárias a serem feitas por decreto já são conhecidas, como IPI e IOF. Um dos problemas desse caminho é a rejeição de parte da sociedade, que ficou ainda mais clara após a alta do PIS/Cofins da gasolina. A medida foi até contestada na Justiça, cuja decisão contrária foi revertida na noite de ontem atendendo recurso apresentado pelo governo.

A secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, admitiu ontem à tarde, em entrevista coletiva, a possibilidade de suspensão de reajustes já acordados com os servidores para reduzir despesas obrigatórias. "O que está se discutindo é a postergação de reajuste já aprovado. Prorrogação alguns meses, por um período", afirmou. "Não tem decisão específica", acrescentou a secretária, que foi taxativa em relação ao compromisso de se cumprir a meta fiscal estabelecida em lei. O impacto de reajuste salarial acima da inflação para servidores públicos em 2018 é de R\$ 7,1 bilhões.

O problema é que o governo tem sofrido pressão política para rever as metas fiscais. Lideranças do Congresso Nacional levaram ao Palácio do Planalto pedidos nesse sentido como alternativa a eventual novo aumento de impostos. Essa solução tem sido rechaçada por auxiliares do presidente Michel Temer, com a análise de que a flexibilização de metas será analisada só em caso de emergência. E, segundo uma fonte, há um acerto de que qualquer eventual movimento nessa direção será conduzido apenas pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles.

No Planalto, avaliações apontam que a revisão da meta deste ano daria um aceno negativo ao mercado num momento de crise política aguda, em que o governo esforça-se para manter e demonstrar o compromisso com a estabilidade fiscal. Em contrapartida, chegam do Congresso pressões para que a revisão da meta seja considerada, diante do temor de que os parlamentares sejam obrigados a votar alguma lei de aumento de tributos, impondo a eles o ônus de medida impopular em um período próximo das eleições.

O recente aumento nos combustíveis poupou os parlamentares porque dependeu apenas de decreto presidencial. No Congresso, a maioria dos

deputados já está disposta a arcar com um peso: votar pelo arquivamento da denúncia pelo crime de corrupção passiva contra Temer, avalizando sua permanência no cargo. Um aumento de impostos seria um adicional que essa fatura não comportaria, segundo parlamentares.

O governo está também bastante preocupado em recuperar rapidamente algumas receitas que o permitam desbloquear os R\$ 5,9 bilhões de corte adicional no Orçamento anunciado na semana passada. Os técnicos estavam até ontem de manhã otimistas com a realização de alguns recursos que faltavam para isso, mas já no início da noite apontavam dificuldades para viabilizar a reversão a tempo da publicação do decreto de programação orçamentária e financeira.

Se realmente não puder liberar nada, terá que haver algum remanejamento de limites entre os ministérios para garantir o funcionamento mínimo de alguns órgãos. Há um esforço para não deixar que, diante da maior restrição de gastos, em agosto algumas áreas tenham paralisação e causem comoção popular, como ocorreu no episódio dos passaportes. "Estamos fazendo trabalho em parceria com órgãos para preservar o fiscal e o atendimento direto ao público", disse Ana Paula.

A impressão de diferentes integrantes da equipe econômica é que as medidas da semana passada ainda permitem apostar no cumprimento da meta deste ano, a despeito dos riscos. O problema são as incertezas do final do ano, quando algumas receitas podem não se efetivar, seja por atraso de calendário ou por outro motivo. Por exemplo, os recursos decorrentes dos leilões de hidrelétricas da Cemig estão previstos para entrar em dezembro. "Mas se houver um atraso de 15 dias, você tem um problema de R\$ 11 bilhões para resolver e pouco tempo e espaço para reagir com corte de despesa e alta de tributo", explicou uma fonte.

Em meio a essas avaliações, o governo também trabalha o projeto de lei orçamentária de 2018, que tem que ser enviado até o fim de agosto. Alguns veem um cenário até mais complicado do que o deste ano para a meta. Por isso, iniciativas que viabilizem um quadro melhor para a política fiscal de 2018 já estão em gestação.

E nesse contexto é que reflexões sobre o custo do funcionalismo público, uma despesa elevada e rígida do governo, se acentuam. Não é à toa que o ministro do Planejamento, Dyogo de Oliveira, anunciou um programa de demissão voluntária (PDV), embora os impactos em 2018 sejam menores. A iniciativa causou desconforto na Fazenda, segundo fontes, por supostamente ter pego de surpresa o ministro Meirelles, que tratou o tema como "preliminar", embora a medida já estivesse pronta.

O ministro da Fazenda, aliás, recentemente foi alvo de alguns ataques, mas ontem recebeu uma manifestação de apoio do seu colega Eliseu Padilha, da Casa Civil. Ele negou rumores sobre um suposto processo de fritura de Meirelles. E também disse que há unidade na equipe. "A área econômica está unida e integrada como esteve em todo o governo", disse Padilha. "Não há discordância entre uma pasta e outra, aumento de tributos e outras medidas para garantir o equilíbrio fiscal estão sendo construídas conjuntamente."

Padilha reforçou que todas as medidas para compensar a queda na arrecadação e garantir o cumprimento da meta estão sendo discutidas em sintonia pela área econômica e com o aval de Temer.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Brasil

**Autor:** Luísa Martins

**Título:** TRF derruba liminar contra alta de alíquota no PIS/Cofins

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) decidiu restabelecer o decreto que aumentou as alíquotas do PIS/Cofins sobre os combustíveis. A decisão, divulgada ontem, atende a recurso da Advocacia-Geral da União (AGU), que contestou a decisão do juiz Renato Borelli, da 20ª Vara Federal de Brasília, de suspender a norma editada em 20 de julho pelo presidente Michel Temer. Na terça-feira, o juiz considerou o decreto irregular por não obedecer a regra segundo a qual nenhum tributo pode ser cobrado antes de 90 dias contados da publicação da lei que o instituiu. O magistrado argumentou também que imposto só pode ser aumentado por meio de lei, não de decreto.

Ontem, Borelli chegou a determinar à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) multa diária de R\$ 100 mil em caso de descumprimento da decisão. "É intuitivo que, no momento ora vivido pelo Brasil, de exacerbado desequilíbrio orçamentário, quando o governo trabalha com um bilionário déficit, decisões judiciais como a que ora se analisa só servem para agravar as dificuldades da manutenção dos serviços públicos e do funcionamento do aparelho estatal", destacou o desembargador Hilton Queiroz, presidente do TRF-1 ao derrubar a liminar. Para ele, a sentença da primeira instância poderia "abrir brecha para um completo descontrole do país e até mesmo seu total desgoverno".

Queiroz não analisou a pertinência jurídica dos argumentos da primeira instância, mas derrubou a liminar "tendo em vista a grave lesão à ordem jurídica, à economia pública e à ordem administrativa".

No recurso, a advogada-geral da União, Grace Mendonça, e o Procurador-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), Fabrício Da Soller sustentaram que, caso permanecesse suspenso o decreto que reajustou os tributos, o governo federal deixaria de arrecadar R\$ 78 milhões por dia - o que somaria R\$ 10,4 bilhões para o ano de 2017. O cálculo é dos ministérios da Fazenda e do Planejamento.

Com a manutenção do reajuste, a alíquota sobre a gasolina mais que dobra, de R\$ 0,3816 por litro para R\$ 0,7925. Sobre o diesel, sobe de R\$ 0,2480 para R\$ 0,4615. Em relação ao etanol, a alíquota ao produtor sai de R\$ 0,12 e vai para R\$ 0,1309; no caso do distribuidor, vai de zero a R\$ 0,1964.

O PT protocolou no Supremo Tribunal Federal Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a alta dos impostos sobre combustíveis, na qual usa os mesmos argumentos do juiz de primeira instância.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Brasil

**Autor:** Victor Aguiar

**Título:** Petrobras adere a regularização tributária

O conselho de administração da Petrobras aprovou hoje a inclusão de débitos relacionados ao plano Petros no programa especial de regularização tributária (PERT). As dívidas são referentes ao processo que trata da dedutibilidade na base de cálculo do imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) no âmbito da repactuação do plano.

Ao todo, vai pagar R\$ 4,3 bilhões - R\$ 1,3 bilhão à vista e em espécie. Os R\$ 3 bilhões restantes serão divididos em 145 parcelas mensais e sucessivas - o valor leva em conta reduções de 80% nos juros de mora, de 40% da multa de ofício e de 25% dos encargos legais. Segundo a Petrobras, todos os valores serão atualizados pela taxa Selic. A estatal ainda afirma que a adesão representa economia de 34% em termos nominais do valor do débito.

A empresa informou que a adesão irá gerar impacto negativo líquido de R\$ 6 bilhões no resultado da companhia no segundo trimestre. O valor considera a adesão líquida de impostos, que equivale à R\$ 3,7 bilhões, e a revisão do procedimento adotado para os exercícios de 2012 a 2017, que não gera efeito sobre o caixa, mas apenas sobre o saldo de prejuízo fiscal - total de R\$ 2,3 bilhões. Em 30 de junho, a empresa estimava que o impacto seria de R\$ 6,5 bilhões.

O processo trata da dedutibilidade na base de cálculo do IRPJ e da CSLL das despesas relacionadas à repactuação do plano Petros, porém limitada a 20% da

folha de salários dos empregados e da remuneração dos dirigentes vinculados ao plano. A sentença de primeira instância que determina os pagamentos foi confirmada em 20 de junho, em razão de decisão em embargos de declaração.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Brasil

**Autor:** André Ramalho e Rodrigo Carro

**Título:** Distribuidoras de gás devem ser privatizadas em 2018

As primeiras privatizações das distribuidoras de gás canalizado, no âmbito do programa de desestatização coordenado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), devem ocorrer entre o segundo e o terceiro trimestres de 2018. Segundo o chefe do Departamento de Desestatização do BNDES, Fernando Camacho, uma série de companhias estrangeiras já manifestou interesse pelos ativos.

"Temos tido um grande interesse de players [internacionais], tanto daqueles que já estão no Brasil, operando no setor, quanto [empresas que estão] de fora. Temos tido o interesse de companhias da Ásia, do Japão e China, da Europa... Temos visto que o setor desperta um interesse grande", disse Camacho.

Ao longo dos últimos anos, a iniciativa privada já vinha manifestando interesse na aquisição de distribuidoras brasileiras. Em 2015, a japonesa Mitsui, por exemplo, pagou R\$ 1,9 bilhão por 49% da Gaspetro, da Petrobras. Um ano antes, foi a vez da espanhola Gas Natural Fenosa (CEG) tentar a compra da Gasmig, num negócio que não se confirmou devido a resistências políticas.

Camacho explicou que o programa de desestatizações respeitará o direito de preferência dos atuais acionistas das concessionárias, dentre elas a Gaspetro e Mitsui. Ele disse que o banco tem mantido o diálogo com as duas companhias, mas que elas ainda não se posicionaram sobre o interesse pela aquisição dos ativos.

"Esse vai ser o nosso desafio: fazer um modelo de leilão que consiga atrair os players, mas tendo o direito de preferência como premissa", disse.

A Mitsui é sócia direta de três dos sete Estados que já manifestaram a intenção de incluir suas concessionárias no programa de Parcerias e Investimentos (PPI) do governo. A empresa japonesa, no entanto, possui 49% da Gaspetro e, portanto, uma participação indireta nas demais distribuidoras, com exceção da BR Espírito Santo.

Camacho destacou que o direito de preferência dos atuais acionistas está mantido, mas que os estudos sobre as privatizações avaliarão possíveis ajustes regulatórios e nos contratos de concessão.

"O escopo dos estudos [de modelagem das licitações] envolve a 'due diligence' [das distribuidoras], para cálculo do valor das ações do Estado, e vai envolver a avaliação econômico-financeira de dois cenários: um com [a manutenção do] atual contrato de concessão e acordo de acionistas; e um segundo cenário em que vamos avaliar melhorias regulatórias e contratuais, para justamente dar mais subsídio ao Estado sobre o valor das empresas", explica.

O BNDES já publicou os editais para contratação dos serviços de modelagem da desestatização da MSGás (MS) e Copergás (PE). Outros cinco Estados já manifestaram o interesse por privatizar as concessionárias Sulgás (RS), SCGás (SC), BR-ES, Potigás (RN) e PBGás (PB). O banco ainda não tem um cronograma definido para a licitação delas, mas a expectativa é que haja uma sequência de lotes de licitações ainda em 2018.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Internacional

**Autor:** Leonore Schick

**Título:** Europa vai definindo fim dos carros a gasolina e diesel

O Reino Unido proibirá a venda de carros novos e vans que usam diesel e gasolina a partir de 2040, como parte de um plano abrangente para combater a poluição do ar que os especialistas dizem ser viável, ainda que ambicioso.

O anúncio de ontem do governo britânico acompanha decisões similares da França e da Noruega, e vem em meio a um debate mundial sobre a rapidez com que carros elétricos e híbridos podem substituir motores de combustão interna. Os motores tradicionais que funcionam com diesel e gasolina ainda são populares entre os consumidores, por serem relativamente baratos e não sofrerem de algumas limitações às quais estão sujeitos os carros elétricos, como uma autonomia limitada.

Mas agora que a tecnologia de carros elétricos e híbridos está melhorando, os governos estão tentando definir metas de longo prazo para ajudar a orientar os investimentos das montadoras e, em última instância, as escolhas dos consumidores.

O governo britânico anunciou que colocará 255 milhões de libras (US\$ 326 milhões) para ajudar comunidades locais a combaterem a poluição gerada pelo diesel. As medidas fazem parte de uma estratégia para despoluir o ar, que as

autoridades publicaram às vésperas do prazo exigido pela Suprema Corte. O dinheiro faz parte de um esforço de 3 bilhões de libras de limpeza do ar.

O plano do governo inclui a consideração de um esquema focado em metas específicas para os motoristas que precisam de subsídios e para incentivar a troca de veículos. Também visa que "até 2050, praticamente todos os carros e vans em circulação sejam veículos totalmente não poluentes", disse o governo sobre o programa.

Frederik Dahlmann, professor assistente de energia mundial na Warwick Business School, do Reino Unido, descreveu os planos como "ambiciosos, mas realistas". "Estou suficientemente confiante que a indústria poderá responder nesse prazo", disse.

O plano, porém, exigirá um investimento significativo em infraestrutura, por exemplo para a criação de uma rede de postos de recarga, necessária para tornar os veículos elétricos e híbridos mais populares. Outro ponto a ser focado são melhorias nas baterias, para que sejam mais duradouras.

Embora a fabricante de automóveis Volvo tenha se comprometido a passar a vender somente carros elétricos e híbridos num prazo de dois anos, a maioria dos principais fabricantes diz que os motores tradicionais continuarão sendo uma parte importante de suas vendas por muitos anos.

Ontem, o executivo-chefe da Daimler, Dieter Zetsche, disse que os motores a diesel podem ajudar a reduzir as emissões mundiais de dióxido de carbono porque emitem menos que os carros a gasolina. Ativistas ambientais observam, porém, que os motores a diesel emitem mais óxido de nitrogênio, prejudicial à saúde das pessoas.

Até agora, o crescimento das vendas de veículos elétricos e híbridos tem sido forte, mas partindo de um patamar baixo.

A IHS Markit, empresa de análise de dados, estima que as vendas de motores a combustão interna deverão cair de 17 milhões de veículos em 2015, em toda a União Europeia, para cerca de 12 milhões em 2025, o que ainda significaria uma importante participação de carros poluentes nas vias.

Por outro lado, as vendas de carros elétricos e híbridos deverão crescer de cerca de 350 mil em 2015 para 1,85 milhão até 2025.

**VEÍCULO:** Valor Econômico**Seção:** Internacional**Autor:****Título:** Curtas

### Petróleo do Kuwait

O Kuwait se juntou aos Emirados Árabes Unidos (EAU) na promessa de extrair menos petróleo em resposta ao pedido da Arábia Saudita para membros da Opep cortarem ainda mais a produção para reduzir o excesso de oferta global. A Kuwait Petroleum Corp acertou com clientes nos EUA que reduzirá as vendas mensais contratadas para 2017. Anteontem, os EAU disseram que a Abu Dhabi National Oil reduzirá os embarques em 10% a partir de setembro.

**VEÍCULO:** Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:** Camila Maia e Rodrigo Polito**Título:** Estrangeiras devem avançar sobre espaço das estatais elétricas

Em meio a privatizações e vendas de ativos, as estatais elétricas brasileiras estão perdendo o protagonismo para empresas privadas, com destaque para chinesas e europeias. Levantamento feito pelo **Valor** mostra que há mais de 20 gigawatts (GW) de potência em projetos que podem ser privatizados (quase o equivalente a duas hidrelétricas de Belo Monte).

As operações no mercado devem envolver montantes significativos, atraindo ainda mais capital estrangeiro para o país, mesmo sem a construção de novos projetos. Apenas o valor patrimonial dos principais ativos colocados à venda por Cemig e Eletrobrás ultrapassa R\$ 20 bilhões. Além disso, o valor de mercado da estatal paulista Cesp, que deve ser referência para o preço no seu processo de venda, é de cerca de R\$ 5 bilhões.

Especialistas ouvidos pelo **Valor** consideram que as estatais elétricas caminham para retomar o papel que justificou sua criação - da qual foram desviadas, durante muitos anos, para atender interesses políticos -, o de realizar investimentos considerados estratégicos e de interesse público.

O uso político para favorecimento de determinados partidos ou interesses foi o principal responsável pela crise enfrentada pelas companhias hoje. Cemig e Eletrobrás sofrem com pesados endividamentos, enquanto a Cesp praticamente desapareceu, por desavenças com o governo federal. Outra gigante no setor de

energia, a Petrobras também colocou ativos à venda, como parte da sua reestruturação.

Os principais candidatos a se transformarem nos novos protagonistas do setor são estrangeiros. Além das chinesas China Three Gorges (CTG) e State Grid, que já fizeram investimentos bilionários no Brasil, as europeias Enel, Iberdrola e Engie se destacam - esta última, inclusive, se consolidou no Brasil depois de comprar ativos da Eletrosul na primeira tentativa de privatização da Eletrobrás, no governo de Fernando Henrique Cardoso. A canadense Brookfield também figura entre as preferidas, com grande interesse em transmissão e energias renováveis.

No Brasil, as consolidadoras Energisa e Equatorial também têm grandes chances de sucesso nas privatizações, por terem expertise na recuperação de ativos problemáticos e também potenciais ganhos de sinergia com aquisições.

"A grande empresa de energia do Brasil - a Eletrobrás - foi a maior vítima desse uso político intenso e teve seu valor destruído de maneira inimaginável", diz Claudio Sales, presidente do instituto Acende Brasil. Hoje, a empresa passa por uma reviravolta, e as mudanças implementadas pela gestão atual devem resultar numa companhia menor, mais enxuta, e menos endividada.

O primeiro passo da Eletrobrás foi colocar suas distribuidoras de energia à venda. As problemáticas empresas foram federalizadas no final dos anos 1990 com a justificativa de que logo seriam vendidas, mas o processo se arrastou até hoje. Desde então, a estatal elétrica tem acumulado prejuízos com as empresas, que carecem de eficiência e não geram fluxo de caixa suficiente sequer para fazer frente aos investimentos necessários.

A Celg Distribuição (Celg D) foi a primeira, arrematada pela Enel em um leilão em novembro do ano passado por R\$ 2,18 bilhões.

Enquanto as demais distribuidoras da Eletrobrás devem ser privatizadas ainda neste ano, a estatal pretende ainda se desfazer de várias participações minoritárias em projetos problemáticos, como as megausinas de Santo Antonio e Jirau (no rio Madeira-RO) e Belo Monte (no rio Xingu-PA). A Cemig, que é sócia de Belo Monte e Santo Antonio, também procura vender suas participações.

Uma consulta pública aberta pelo governo deu ainda a possibilidade da Eletrobrás se livrar de outro problema que foi imputado à estatal em 2012, quando a então presidente Dilma Rousseff criou o regime de cotas e garantia física e potência por meio da Medida Provisória (MP) 579, no qual as concessionárias recebem apenas uma receita pela operação e manutenção dos ativos. A estatal tem 14 gigawatts (GW) no regime, em contratos que geram

perdas à companhia. A MP que deve resultar da consulta vai abrir a possibilidade de privatização dessas usinas.

A MP 579 também é responsável pelo encolhimento das estatais estaduais Cesp e Cemig. Ambas se recusaram a renovar as concessões de suas usinas no regime de cotas. No caso da primeira, os ativos já foram relicitados e arrematados - em grande parte pela CTG, principal candidata à compra da Cesp.

A Cemig, por sua vez, ainda briga na Justiça para manter as hidrelétricas de Jaguará, São Simão e Miranda, que somam metade de sua capacidade instalada. Mas foram problemas resultantes de interferência política, como a expansão da companhia muito além de seu Estado e projeto original, que a deixaram nos níveis de endividamento atual. A companhia, que, assim como a Eletrobrás, chegou a disputar com a CTG a aquisição do controle da Energias de Portugal, não teve escolha a não ser colocar um grupo de ativos à venda.

Para o sócio-diretor da consultoria Roland Berger, Jorge Pereira da Costa, o fim das cotas tende a gerar mais impactos positivos do que negativos à Eletrobrás. Todavia, ele ressalta a necessidade de um detalhamento maior do texto da reforma setorial para calcular os efeitos para a estatal. "Tem casos em que a Eletrobrás é menos eficiente na gestão de algumas usinas. Numa desestatização deverá haver um agente privado que consiga atingir um maior nível de eficiência. Mas tudo isso vai depender muito de quais ativos, como e quando serão licitados", diz Costa.

Essa não é a primeira vez que se fala em privatização no setor elétrico. "A questão toda ainda é muito política. É preciso saber até que ponto valerá a pena e se haverá força política para isso", diz a advogada Ana Karina de Souza, sócia de Infraestrutura do Machado Meyer.

Para o coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), da UFRJ, Nivalde de Castro, o novo movimento de desestatização indica que o setor no país está maduro e que as mudanças propostas pelo governo sinalizam um cenário mais atrativo a investimentos privados. Segundo ele, nesse novo ambiente, não faz mais sentido a Eletrobrás ser instrumento de política energética.

Há ainda potencial de expansão com a mudança. Quando a Eletrosul foi parcialmente privatizada, dando origem à Gerasul (atual Engie), esses ativos representavam 5% da Eletrobrás. "Hoje, essa empresa vale 1,3 vez a Eletrobrás. Os ativos saíram de 5% para 130%. Isso mostra, de maneira inquestionável, o que acontece com a gestão estatal no setor elétrico", afirma Sales.

**VEÍCULO: Valor Econômico****Seção: Empresas****Autor: Daniel Rittner, Rafael Bitencourt e Camila Maia****Título: Governo vai retomar linhas da Abengoa**

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro derrubou uma liminar que impedia a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) de levar adiante o processo de retomada das concessões mantidas pelo grupo espanhol Abengoa.

Sem obstáculos legais, a agência resolveu apressar o desfecho do caso: marcou para hoje mesmo uma reunião extraordinária de sua diretoria colegiada em que recomendará ao Ministério de Minas e Energia a caducidade (fim) dos contratos de concessão de nove linhas de transmissão.

O relator do caso na Aneel, José Jurhosa, votará pela recomendação de caducidade e deverá ser acompanhado pelos demais integrantes da diretoria. Depois de um encaminhamento da Aneel, caberá ao ministério dar a palavra final sobre o fim das concessões e iniciar os preparativos para oferecer esses projetos ao mercado em nova licitação - o que também vai ocorrer rapidamente, segundo apurou o **Valor**. Dos nove ativos, quatro são linhões responsáveis pelo escoamento da energia da megasina de Belo Monte, no rio Xingu (PA).

A liminar que interrompia o processo havia sido concedida pela juíza Maria da Penha Nobre Mauro, da 5ª Vara Empresarial do Rio, que cuida do processo de recuperação judicial da empresa no Brasil. Isso abria caminho para outras saídas que não agradavam ao governo, como um leilão dos ativos dentro da RJ ou até mesmo um aumento na receita anual permitida dos projetos.

"Há evidente lesão de interesses públicos privilegiados, no caso, à economia e à ordem públicas. A decisão do juízo da Vara Empresarial traz indícios de comprometimento de toda a interligação de energia dos sistemas Norte-Nordeste e Sudeste-Centro-Oeste", afirma o desembargador Milton Fernandes de Souza, do TJ-Rio, em sua decisão.

Jurhosa e o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Paulo Pedrosa, estiveram no Tribunal de Justiça na semana passada para expor suas argumentações. "A relicitação, realizada dentro dos autos da recuperação judicial, se preocupará, certamente, com o interesse da recuperanda e não poderia ser diferente", concluiu o desembargador. "Na prestação do serviço público deve estar sempre presente a melhor forma de sua entrega com preços melhores ao consumidor e com a maior qualidade possível."

Boa parte das linhas paralisadas da Abengoa contava com prazo de conclusão programado para 2016. A entrega dos empreendimentos foi reprogramada para o final de 2021. O escoamento de parte da produção de Belo Monte, com previsão de entrega no próximo ano, terá restrições. A geração de energia eólica e solar no Nordeste também ficará impedida de chegar aos consumidores.

Em ação coordenada da Aneel, o Operadora Nacional do Sistema (ONS) e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) chegaram a definir medidas operativas e de reforço em linhas existentes para minimizar os impactos da paralisação das obras de responsabilidade da Abengoa. Apesar de não haver risco de interrupção no fornecimento, os atrasos limitam ainda o remanejamento de carga entre as regiões, o que aumenta o custo de operação do sistema.

A Abengoa deve recorrer da decisão do Tribunal de Justiça do Rio. O **Valor** apurou que, na interpretação da empresa, a Aneel ficou apenas "desobrigada" de calcular a nova receita anual permitida (RAP) dos ativos, mas não poderá retomar a caducidade.

No entendimento da companhia, o efeito prático da decisão de segunda instância é apenas tirar a "faca do pescoço" da Aneel para que esta recalcule a RAP e o cronograma das linhas não operacionais, nas palavras de fontes com conhecimento da situação.

Se a Aneel aprovar hoje a caducidade, a Abengoa deve recorrer pedindo novamente a suspensão do processo. "Eles estão longe de terem ganhado alguma coisa", disse uma fonte, apontando suposta "ilegalidade" da agência.

A Aneel chegou a recorrer da decisão que paralisou os processos de caducidade, mas o pedido de liminar do agravo de instrumento foi rejeitado. Na avaliação da Abengoa, o caso só chegará ao fim e a caducidade suspensa se a decisão final desse agravo for favorável à agência reguladora.

O governo pretende retomar a caducidade dos ativos assim que possível, para relatar as linhas de transmissão ainda este ano. A Abengoa, por sua vez, conta com a redefinição das receitas e do cronograma dos ativos para atrair compradores para as suas linhas, já que as condições atuais não foram consideradas boas o suficiente. Os prazos são apertados e as taxas de retorno - que ela própria aceitou quando arrematou as linhas - são bastante baixas.

**VEÍCULO: Valor Econômico****Seção: Empresas****Autor: Camila Maia****Título: Eletrobrás perdeu R\$ 186 bi em 15 anos, diz 3G Radar**

A Eletrobrás teve, nos últimos 15 anos, cerca de R\$ 186 bilhões em valor destruído, devido ao mau uso da companhia por motivos políticos e por ineficiências, de acordo com cálculos da gestora 3G Radar, que tem 5,13% das ações preferenciais da companhia. Apenas a participação da estatal na construção das megausinas hidrelétricas de Belo Monte, Jirau e Santo Antonio, e também no projeto da usina nuclear de Angra 3, resultaram em destruição de valor de R\$ 40 bilhões para a estatal.

A 3G Radar foi fundada em 2013 pela 3G Capital - de Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Beto Sicupira - como uma casa de gestão especializada em fundos de ações de companhias locais.

Em carta aos investidores, a gestora disse calcular que a participação da Eletrobrás na construção das hidrelétricas da região Norte, chamadas de "projetos estruturantes", levou a uma destruição de valor de R\$ 20 bilhões para a companhia, considerando sua participação proporcional nos ativos. Já Angra 3 destruiu outros R\$ 20 bilhões, e a usina nuclear sequer tem data para entrar em operação.

No caso dos projetos estruturantes, a 3G Radar destaca que, desde o princípio, as obras de Santo Antonio e Jirau, no rio Madeira (RO) e de Belo Monte, no rio Xingu (PA), envolviam altos riscos de engenharia e comerciais, elevados custos de transmissão e, consequentemente, dificultavam a obtenção de financiamento.

Os projetos acabaram custando muito mais do que o previsto inicialmente, em cerca de 20% a 25% em média. Outros problemas sofridos pelas usinas são o risco hidrológico (medido pelo fator GSF, na sigla em inglês), atrasos, além das investigações de corrupção relacionadas à Operação Lava-Jato. No total, a 3G Radar calcula que os projetos destruíram R\$ 47 bilhões em valor aos sócios, sendo R\$ 20 bilhões à parcela correspondente da Eletrobrás.

Já o projeto da usina nuclear de Angra 3, que deveria ter entrado em operação neste ano, está paralisado depois de receber investimentos de R\$ 10 bilhões. Estima-se que a conclusão demandará mais R\$ 16 bilhões, somando R\$ 26 bilhões no total. Quando o projeto foi aprovado, o capex aprovado somava R\$ 16 bilhões.

Para a gestora, não está claro quando a equação da termelétrica será resolvida. Para que as obras possam ser concluídas, é necessário uma tarifa de R\$ 360 por megawatt-hora (MWh), aumento de 56% ante a tarifa atual.

Uma solução, segundo a gestora, seria permitir que parte da energia de Angra 3 seja negociada em dólar, como acontece com a energia de Itaipu, além da facilitação da entrada de investidores estrangeiros com acesso a financiamento mais barato.

Esses não são os únicos problemas que destruíram valor na companhia. O prejuízo acumulado pelas distribuidoras da Eletrobrás nos últimos 10 anos levaram à perdas de R\$ 41 bilhões, segundo a gestora. Além disso, a estatal foi obrigada a capitalizar as empresas, e atrasou pagamentos a fornecedores de combustíveis para geração de energia. Isso gerou uma dívida de R\$ 16 bilhões, concentrada principalmente na Petrobras.

Outras ineficiências destruíram R\$ 85 bilhões na estatal nos últimos 15 anos. Para chegar nesse número, a 3G Radar calculou que os custos operacionais da estatal poderiam ser R\$ 4,1 bilhões menor a cada ano em comparação com seus pares privados. Esse montante, acumulado em 15 anos e ajustado pelo custo de capital, chega nos R\$ 85 bilhões.

As perdas crescem mais quando se considera o impacto da Medida Provisória (MP) 579, que, em 2012, obrigou a Eletrobrás a renovar as concessões de um terço de sua potência instalada em troca de uma receita pela operação e manutenção dos ativos apenas. A gestora calcula que os efeitos da MP 579 causaram perdas de outros R\$ 20 bilhões à estatal, levando o total destruído em 15 anos a R\$ 186 bilhões, quase 10 vezes o valor de mercado atual da companhia, de cerca de R\$ 20 bilhões.

Considerando o valor de mercado da Eletrobrás de R\$ 67 bilhões ao fim de 2002, o custo médio da dívida brasileira calculado pela Selic e os dividendos distribuídos pela companhia no período, além de aumentos de capital, a alocação de capital na estatal custou cerca de R\$ 228 bilhões ao Brasil em 15 anos. Segundo a gestora, o valor é equivalente a 4% do PIB brasileiro e a 7% da dívida pública líquida.

**VEÍCULO: Valor Econômico****Seção: Empresas****Autor: Chiara Quintão****Título: Vendas internas de aço vão recuar ao patamar de 2005**

A indústria siderúrgica nacional retorna, neste ano, ao patamar registrado há mais de uma década nas vendas internas de aço. Ontem, o Instituto Aço Brasil revisou sua estimativa de vendas domésticas do insumo, em 2017, de alta de 1,3% para queda no mesmo patamar, para 16,31 milhões de toneladas, em decorrência da crise no país e do desempenho do primeiro semestre. As vendas internas de aço retornarão ao nível de 2005.

Em abril, a entidade já havia reduzido a estimativa de aumento de 3,6% para elevação de 1,3%. No primeiro semestre, as vendas internas de aço tiveram queda de 2%, na comparação anual, para 8,052 milhões de toneladas. Trata-se da pior crise do setor siderúrgico, de acordo com o presidente executivo do Aço Brasil, Marco Polo de Mello Lopes. Somente em 2028 a siderurgia brasileira vai recuperar os níveis registrados em 2013, quando viveu seu melhor momento.

O Aço Brasil revisou também a projeção de consumo aparente - vendas internas mais importações - para alta de 1,1% em 2017, chegando a 18,42 milhões de toneladas. A estimativa já tinha sido revisada, em abril, de elevação de 3,5% para aumento de 2,9%. No semestre, o consumo aparente de produtos siderúrgicos cresceu 2,8%, para 9,21 milhões de toneladas.

Para as importações, a entidade espera alta de 18,8%, para 2,23 milhões de toneladas, ante a estimativa anterior de 6,6%. Em valor, o crescimento será de 11,8%, para US\$ 1,951 bilhão. No semestre, as importações cresceram 64,1%, para 1,216 milhão de toneladas. O valor importado aumentou 41%, para US\$ 1,097 bilhão.

Já para as exportações, a projeção é de alta de 9,1%, para 14,66 milhões de toneladas, ante a projeção anterior de aumento de 6,4%. A estimativa para o valor embarcado é de expansão de 32,6%, para US\$ 7,42 bilhões. No semestre, o setor exportou 7,3 milhões de toneladas (alta de 9,2%), volume que corresponde a US\$ 3,69 bilhões (expansão de 45%).

O Aço Brasil manteve a expectativa de produção de aço bruto para este ano de alta de 3,8%, para 32,47 milhões de toneladas. As siderúrgicas brasileiras produziram 16,72 milhões de toneladas de janeiro a junho, com expansão de 12,4% na comparação anual. Sem considerar as operações da Companhia Siderúrgica de Pecém (CSP), iniciadas no segundo semestre de 2016, o aumento da produção seria de 5,4%.

Em evento realizado em São Paulo, Lopes afirmou que o atual governo "coloca a indústria em segundo plano". "Não haverá retomada da economia sem participação da indústria", disse. Segundo o presidente executivo da entidade, a realidade econômica do Brasil difere do discurso do presidente da República, Michel Temer, de que a economia está se recuperando. Exemplo disso, conforme Lopes, é que a projeção de crescimento para o Produto Interno Bruto (PIB) do país para este ano vem passando por várias revisões. "A liberalização da economia brasileira vai contra o resto do mundo", acrescentou Lopes.

Na avaliação do presidente do conselho diretor da entidade, Alexandre Lyra, o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) pode ser um "tiro de misericórdia na indústria, principalmente siderúrgica". "O governo vai depender de capital externo para projetos de infraestrutura do PPI. Os chineses vão participar, mas o grande risco é que venham também máquinas, equipamentos e estruturas metálicas", afirmou. Ele defende que percentuais mínimos de conteúdo local precisam ser mantidos.

Conforme Lopes, o país não é protecionista, "mas precisa de defesa comercial até que assimetrias sejam resolvidas". Segundo Lopes, se as assimetrias competitivas do aço brasileiro forem eliminadas no comércio exterior, será possível ter tarifas de importação menores.

O conselho diretor do Aço Brasil vai discutir, hoje, a ida de delegação brasileira aos Estados Unidos para tratar com congressistas americanos questões relativas ao protecionismo do país. "Nosso maior mercado de exportação sempre foram os Estados Unidos e, agora, estamos fora", disse o vice-presidente do conselho diretor do IABr, Sergio Leite de Andrade. A entidade buscará alinhamento com o governo para programar a ida a Washington. Leite defende as exportações como o caminho para o setor siderúrgico brasileiro.

Lopes disse que a decisão a ser tomada pelo governo em relação ao Reintegra (que trata dos valores dos custos tributários residuais) é fundamental para que a indústria retome maior utilização da sua capacidade. "Reintegra não é renúncia fiscal", disse Lopes. Nos cálculos do Aço Brasil, a alíquota de 5% do Reintegra pode resultar em alta de 10% das exportações e no aumento da competitividade da indústria de transformação.

**VEÍCULO: Valor Econômico****Seção: Empresas****Autor: Stella Fontes****Título: Preço do minério de ferro sobe mais de 8% no mês**

Dificuldades enfrentadas por mineradoras para alcançar as metas anuais de produção de minério de ferro e o otimismo em relação ao consumo da commodity na China têm sustentado as cotações em julho. Depois de amargarem queda de 17,6% no primeiro semestre, os preços do minério recuperaram o fôlego em julho e, no mês, acumulavam alta de 8,44% até ontem, para mais de US\$ 70 por tonelada. No ano, porém, a baixa é de pouco mais de 10%.

Os ganhos recentes são atribuídos à manutenção da demanda firme por aço na China, o que dá suporte ao consumo da matéria-prima. Considerando-se os números de demanda no primeiro semestre, é provável que o país importe com alguma folga mais de 1 bilhão de toneladas do insumo neste ano, superando o recorde de 2016. De janeiro a junho, as importações subiram a 539 milhões de toneladas métricas, alta de 9,3%.

Ao mesmo tempo, grandes produtores têm se esforçado para alcançar metas de produção definidas para o ano, sobretudo por causa de condições climáticas adversas. A Rio Tinto, segunda maior mineradora do mundo, já reduziu a previsão de embarques de minério de ferro no ano calendário de 2017 em até 10 milhões de toneladas, citando o clima desfavorável e trabalhos em andamento para modernizar suas linhas ferroviárias.

Os embarques da commodity agora estão estimados em 330 milhões de toneladas, frente à projeção anterior que variava de 330 milhões a 340 milhões de toneladas. No primeiro semestre, houve queda de 2% na produção da Rio Tinto, para 157 milhões de toneladas. Já as entregas recuaram 3%, para 154,3 milhões de toneladas.

Na australiana Fortescue Metals Group, a expectativa é a de que a produção no ano fiscal de 2017 fique no piso do intervalo projetado, que vai de 165 milhões a 170 milhões de toneladas, por causa das condições climáticas adversas em suas minas. A brasileira Vale, por sua vez, informou que a produção da commodity neste ano ficará perto do limite inferior da faixa projetada, de 360 milhões a 380 milhões de toneladas, diante da estratégia de redução da extração de minério de menor qualidade.

O minério com teor médio de 62% de ferro fechou a US\$ 70,43 a tonelada, ontem, no porto chinês de Qingdao, com alta de 1,37% ou US\$ 0,95 frente à última cotação, segundo o "Metal Bulletin".

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Finanças

**Autor:** Paula Selmi e André Ramalho

**Título:** Petrobras pretende levantar R\$ 5 bi com emissão de debênture

O conselho de administração da Petrobras aprovou ontem uma emissão de R\$ 5 bilhões em debêntures simples para distribuição pública com esforços restritos. A emissão, a quinta da estatal, será feita em quatro séries.

A Petrobras informou que as debêntures contarão com o incentivo previsto na portaria nº 457/2015 do Ministério de Minas e Energia, que enquadrou como prioritários (elegíveis para emissão de debêntures incentivadas e isentos, portanto, da cobrança de Imposto de Renda) os projetos de investimento em exploração e desenvolvimento dos campos da área da cessão onerosa.

A alocação dos volumes entre as séries será definida em procedimento de coleta de intenções de investimento ("bookbuilding"), bem como as taxas finais. A operação prevê que pelo menos R\$ 800 milhões em debêntures sejam incentivadas na primeira e/ou segunda séries. O restante, de R\$ 3,2 bilhões, deverá ser alocado na terceira e/ou quarta séries.

"As debêntures serão distribuídas pelo regime misto de colocação para o valor total da emissão, sendo parte em regime de garantia firme e parte em regime de melhores esforços, por instituições financeiras autorizadas a operar no sistema de distribuição de valores mobiliários", informou a empresa.

Em entrevista ao **Valor**, este mês, o diretor financeiro e de relações com investidores da Petrobras, Ivan Monteiro, já havia antecipado que, após recorrer ao mercado internacional ao longo dos últimos meses, para captar novos recursos e rolar a dívida de curto prazo, a companhia pretendia priorizar o mercado doméstico em novas oportunidades de captação. Na ocasião, o executivo afirmou inclusive que uma das intenções da petroleira é voltar a discutir novas operações com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

"Agora vamos olhar operações no mercado doméstico de capitais, que voltou a ficar bastante aquecido. Temos reduzido bastante a exposição junto ao BNDES. Acho que está no momento de a gente voltar a discutir novas operações com o BNDES", afirmou Monteiro, em entrevista ao Valor.

Segundo ele, a companhia não trabalha, neste momento, com a possibilidade de voltar ao mercado externo neste ano, mas não descarta essa alternativa se houver uma oportunidade favorável.

**MME / ASCOM**